

NOTA

A PLURIATIVIDADE COMO SUBSÍDIO À CONSERVAÇÃO DOS MANGUEZAIS DO MUNICÍPIO DE ILHÉUS, BAHIA¹

Patrick Thomaz de Aquino Martins²

Resumo

Este trabalho objetiva propor alternativas pluriativas às famílias periurbanas que dependem da extração de recursos do manguezal no município de Ilhéus. Para isso, foi observada a evolução urbana do município, a problemática obtida com o estabelecimento deste, e os elementos externos de origem “natural” que afetam a atividade desse espaço, a época de defeso. O momento atual pelo qual atravessa o município de Ilhéus pode ser uma boa oportunidade à efetivação imediata das propostas pluriativas. O novo foco econômico do município, apoiado nos serviços do segmento turístico, pode favorecer as atividades pluriativas, incentivando a gastronomia à base de frutos do mar, a produção e comércio de artesanato, e a educação ambiental, ligadas diretamente aos manguezais.

Palavras-chave: pluriatividade, manguezal, famílias periurbanas

Abstract

The pluriactivity as an alternative action to periurban extrativist family from the county of Ilhéus, Bahia State

The objective of this work is to consider alternative pluriactivities for the periurban families who depend on the extrativism of mangroves resources in Ilhéus. It was observed the urban evolution of the city, and the problematic situation of this settlement, and the external elements of “natural” origin that affect the activity of this established space, specially concerning the prohibited period for catching. In the actual moment, perhaps, should be a great opportunity to the count of Ilhéus implement effective pluriactivities concerning extrativism. This new focus in the economy of Ilhéus, which is underpinned in the services of the tourist segment, can be favored by pluriactivities linked to mangroves, stimulating the gastronomy based on seafood, on the production and the commerce of handcraft, and the environmental education in the community, directly to the mangroves.

Key-words: pluriactivity, mangrove, periurban families

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

¹ Artigo apresentado como parte da avaliação da disciplina Teorias e Técnicas em Geografia Agrária, ministrada pelo Prof. Dr. Celso Donizete Locatel e pela Prof^a. Dr^a. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol oferecida pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo/UFS

² Mestrando em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – UFS, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, CEP 49.100-000 – São Cristóvão – SE, Bolsista da CAPES. patrick_thomaz@yahoo.com.br

A pluriatividade não é uma prática recente, tem origem no campesinato europeu, onde havia a necessidade da multiplicidade de produção para subsistência, resultando no exercício de várias atividades. Tais práticas enraizadas e desenvolvidas no mundo rural vêm se metamorfoseando às peculiaridades da apropriação do capital sobre os diversos setores da sociedade e alterando o seu conceito.

De acordo com Schneider (2003), a pluriatividade pode ser definida como um fenômeno onde membros de uma família de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mesmo mantendo uma estreita ligação com a vida rural.

Os trabalhos, ainda recentes no Brasil, envolvendo essa temática observam rotineiramente os ambientes de procedência dessa noção, o espaço rural. Devido ao desenvolvimento mundial e a urbanização da população crescente, a diferenciação desse espaço com as cidades tem se complexado (CAIADO & SANTOS, 2003). Deste modo, a região periurbana é entendida como a “interface que integra o urbano e o rural, sendo que nessa área a relação urbana/rural é evidenciada pela proximidade com que se processa os serviços e há uma estreita ligação até mesmo viária entre a área rural e urbana” (SPAROVEK & COSTA, 2004, p. 69).

Neste trabalho o espaço periurbano que interessa para análise é somente aquele compreendido em áreas adjacentes a florestas de mangue, a qual famílias que habitam esse lugar se utilizam de práticas extrativistas desse ecossistema para sua sobrevivência.

Um melhor entendimento da nossa visão pode ser adquirido observando a evolução urbana do município, a problemática obtida com o estabelecimento deste, e os elementos externos de origem “natural” que afetam a atividade desse espaço. Dessa forma, a presente comunicação objetiva propor alternativas pluriativas às famílias periurbanas que dependem da extração de recursos do manguezal no município de Ilhéus.

A CONTRIBUIÇÃO RURAL NA ORIGEM DA URBANIZAÇÃO

O município de Ilhéus, litoral sul da Bahia, tem sua origem nas Capitânias Hereditárias, quando o rei de Portugal doou a Capitania de Ilhéus ao fidalgo português Jorge Figueiredo Correia. A vila da capitania, fundada em 1534, serviu como alicerce ao surgimento da cidade de Ilhéus. Seu primeiro núcleo residencial foi estabelecido no morro de São Sebastião, local estratégico de onde os habitantes poderiam se defender dos ataques dos índios, expandindo-se em seguida para as áreas planas adjacentes e aos morros vizinhos (ANDRADE, 2003).

A transformação do espaço ilheense manteve-se estagnada até o início do cultivo da monocultura do cacau (*Theobroma cacao*), nos meados do século XVIII, atraindo imigrantes e forasteiros. Cerca de cem anos depois, se iniciava o processo de materialização urbana e histórica da cidade, com a instalação do centro comercial e residências pela orla marítima.

O cacau despontava então como importante fonte econômica e influenciadora social na então vila de São Jorge dos Ilhéus. A elevação à condição de cidade em 1881 confirmava o crescimento do cultivo desse produto, alcançando, nove anos após, o status de principal produto do município. Quinze anos mais tarde, Ilhéus

colaboraria para colocar a Bahia como maior produtora de cacau do Brasil, e o Brasil como o maio do mundo (VINHAÉS, 2001).

A alta produção acarretou necessidades que foram prontamente solucionadas pela riqueza proveniente da cacauicultura. O dinheiro do cacau foi responsável, em grande parte, pela construção de estradas de ferro, do porto e do aeroporto de Ilhéus, interligando a cidade a rede de comunicações, facilitando o escoamento da produção. Além da infra-estrutura logística, a economia cacauera colaborou na construção da rede de iluminação elétrica e de esgoto, escolas, igrejas, prédios, etc. Mais do que influência econômica, o cacau motivou a geração de uma cultura.

A cidade crescia, tornando-se a mais próspera do interior da Bahia. A população também crescia, tendo um aumento de mais de 700% num período de vinte anos (1890 a 1920) (ANDRADE, 2003).

A opulência da cultura cacauera ocasionou o interesse à produção por outros países. O aumento da produção mundial causa instabilidade no mercado internacional e conseqüente queda nos preços. Além da baixa na cotação do cacau, variações climáticas, pragas e doenças solidificaram uma crise eminente. Entretanto, a vassoura de bruxa (*Crinipellis perniciososa*) foi a doença mais devastadora da cultura do cacau, chegando a atingir mais de 90% da lavoura (MASCARENHAS, 1997), causando um colapso em toda a produção, gerando problemas procedentes como os ligados ao crédito e financiamento.

OS REFLEXOS DA CRISE RURAL E A FRAGMENTAÇÃO PERIURBANA

Segundo Andrade (2003), mesmo com a economia em crise, a população cresceu em passo acelerado, ocupando os espaços vazios na zona central, passando a existir bairros sobre o manguezal ora ali existente. O mesmo modelo de expansão prosseguiu nas décadas posteriores, nas direções norte, oeste e sul, incorporando progressivamente novas áreas de manguezal a área urbana.

O crescimento populacional e urbano em convergência com a crise econômica causou elevado desemprego e proliferação da pobreza na cidade. A ocupação do solo urbano não veio acompanhada da urbanização (infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos) necessária a uma boa qualidade de vida, implicando na continuidade da investida sobre os manguezais.

Os manguezais do município de Ilhéus, em regra geral são ocupados inicialmente pela população de baixa renda, as quais cortam a vegetação, aterram o substrato e implantam núcleo habitacional, normalmente associado ao cultivo de pequena roça. A continuidade desse processo se dá quando há um interesse da especulação imobiliária, normalmente à linha de costa, agregando um alto valor a esses espaços, acessível somente aos que possuem alta renda.

A expansão urbana as margens dos manguezais faz surgir bairros periféricos com baixa infra-estrutura urbana exigindo uma constante flutuação espacial da área periurbana. A segregação e fragmentação sócio-espacial são refletidas diretamente na relação entre a população e o manguezal adjacente, havendo às vezes, uma dependência desse meio para prover a vida de algumas famílias.

As comunidades que dependem diretamente do bom equilíbrio funcional do sistema manguezal, paradoxalmente acabam prejudicando ostensivamente esse ecossistema. Fidelman (1999) identificou os principais tensores de origem antrópica

que interferem no desempenho das funções ecológicas do mangue no perímetro urbano de Ilhéus. Segundo o autor, esses impactos podem comprometer os recursos naturais da zona costeira, afetando assim, a qualidade de vida da população.

Os manguezais possuem uma estrutura que possibilita a manutenção de diversos habitats propícios à proteção contra predadores, reprodução, desova e crescimento de diversas espécies marinhas ou de água doce.

A PROPOSTA PLURIATIVA

As famílias extrativistas desse ambiente encontram mais um sério obstáculo à continuidade de suas atividades, a época do defeso de espécies. O período de defeso significa a proibição da pesca/coleta, venda, estocagem, beneficiamento ou industrialização de um determinado recurso. A suspensão obrigatória dessas atividades visa impedir a exploração predatória de crustáceos, mariscos, peixes e demais organismos passíveis à utilização humana.

O período de defeso varia para cada espécie, pois depende das fases vulneráveis do ciclo de vida da espécie, normalmente associado à fase de desova, de procedimento anual, e é oficializada por meio de portaria pelo IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis.

As estratégias para definição do defeso perpassam aos interesses econômicos, sociais e ambientais. Nesse sentido algumas famílias recebem auxílio financeiro, através do Seguro Desemprego do governo federal, para a não exploração dos recursos em defeso. Entretanto não são todas as famílias que atendem aos requisitos para requererem o benefício.

A pluriatividade viria atender não somente às famílias excluídas desses benefícios, mas também os beneficiados, ocupando a mão-de-obra e dando um retorno rentável nos períodos de defeso.

As atividades poderiam estar associadas tanto ao ambiente rural, quanto ao meio urbano, ou seja, atividades agrícolas ou não-agrícolas, já que as famílias se encontram na interface desses dois espaços. Dentre outros setores, as famílias de pescadores/catadores poderiam se ocupar no segmento turístico – com o ecoturismo; artesanal – utilizando matéria-prima do próprio ambiente; educacional – transmitindo o conhecimento empírico à população, dentre outros, sempre utilizando os manguezais como uma ferramenta que os valorizem para a continuidade dessas práticas.

A população passaria a receber reais benefícios a melhores condições de vida, através do estímulo à capacitação de recursos humanos. Outras opções que contribuiriam para a utilização da mão-de-obra durante o período de defeso estariam ligadas à produção de atividades “agrícolas” no mesmo espaço periurbano adjacentes as áreas de manguezais, tais como a piscicultura, apicultura, a criação de espécies marinhas (ostra, caranguejo, camarão), etc., bem como a coleta/pesca de outros organismos que não estivessem em época de defeso, já que esse período varia com a espécie, como já dito. Para tanto, tornariam imperativos cursos de capacitação para as famílias envolvidas, orientando, sensibilizando e monitorando as mesmas a uma continuidade desse processo em longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento atual pelo qual atravessa o município de Ilhéus pode ser uma boa oportunidade à efetivação imediata das propostas pluriativas. Uma primeira justificativa para essa atitude, parte da percepção dos produtos oferecidos *in natura* à população, onde há ocorrência de não se encontrarem em tamanho ideal para venda, ou mesmo na época do defeso, indicando um possível desequilíbrio atual do sistema manguezal, bem como, uma ameaça futura a esses organismos.

Outra justificativa é a continuidade da estagnação, ou mesmo declínio, da economia municipal, iniciada com a crise cacauera e o conseqüente aumento da pobreza, resultando numa recente emigração de forma mais acentuada no meio rural (SEI, 2006). A situação que se encontra o município pode ser explicada pela falta de objetividade econômica, pois o mesmo não promoveu a diversificação de sua produção agrícola, tendo ainda no cacau seu principal cultivo.

O novo foco econômico do município, apoiado nos serviços do segmento turístico, pode favorecer sobremaneira as atividades pluriativas. O ecoturismo, ou turismo ecológico, tem como diretriz o uso de forma sustentável do patrimônio natural e cultural, incentivando a conservação, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. Desse modo, tanto as famílias quanto os manguezais seriam beneficiados. A prerrogativa turística incentivaria ainda mais a gastronomia a base de frutos do mar, a produção e comércio de artesanato, e a educação ambiental da comunidade, ligadas diretamente aos manguezais, reforçando o estabelecimento da proposta pluriativa nas áreas periurbanas ilheense.

A proposta corrente nessa comunicação acrescenta uma seção ao leque de discussões sobre a incipiente noção de pluriatividade brasileira. Distante da clássica realidade européia, a aplicabilidade pluriativa às famílias periurbanas do município de Ilhéus precisa ser refletida, planejada, aplicada e avaliada num curto tempo pretérito, afim de formar decisões e orientar situações análogas visando a transformação social, cultural, econômica e ambiental das famílias na constituição do espaço geográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Palma. **Ilhéus: Passado e Presente**. 2. ed. Ilhéus: Editus, 2003.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa; SANTOS, Sarah Maria Monteiro dos. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 3/4, p.115-124, dez. 2003.

FIDELMAN, Pedro Isaac Japiassu. Impactos Ambientais: Manguezais da Zona Urbana de Ilhéus (Bahia, Brasil). In: **VIII Congresso Latinoamericano Sobre Ciencias del Mar**, Trujillo, Peru. 1999. p. 843-844.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Consulta ao banco de dados**. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/municipio/censo2000_result_amostra/xls/demogra/tx_cres.xls>. Acesso em 25 de jul. 2006.

MASCARENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira. **Viabilidade mercadológica e financeira da produção de banana na região Ilhéus - Itabuna**. 1997. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1997.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e pluriatividade. In: SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SPAROVEK, Gerd; COSTA, Francisca Pinheiro da Silveria. Evolução urbana e da cobertura vegetal de Piracicaba-SP (1940-200). **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 5, n. 13, p. 65-88, 2004.

VINHÁES, José Carlos. **São Jorge dos Ilhéus: da Capitania ao fim do século XX**. Ilhéus: Editus, 2001.

Recebido em janeiro de 2007
Aprovado em agosto de 2008